

Après une interruption de quelques mois, ils ont été repris en juin 1954 et ont pris fin au commencement du mois de novembre. Au cours de ces dix mois, le questionnaire a été rempli en 77 localités.

Le réseau des points choisis est, d'une façon générale, plus dense au nord du Tage et particulièrement au nord du Douro que dans les provinces de l'Alentejo et de l'Algarve, d'accord avec la grande différenciation des parlers. Dans l'Alentejo, il se rétrécit cependant dans la région nord-est de la province qui offre des particularités linguistiques notables.

Le questionnaire utilisé est, comme on le sait, divisé en deux cahiers, dont l'un est principalement destiné à l'investigation de la phonétique et de certains aspects de la morphologie et de la syntaxe (cahier I) et l'autre à l'étude du vocabulaire. De ce dernier, il y a une version complète (cahier II E) et une version abrégée (cahier II G). Pour le Portugal, nous avons toujours utilisé la version complète (II E). En général, M. Aníbal Otero s'est chargé du cahier I, l'auteur de ces lignes, du cahier II E.

Quant aux informateurs, d'accord avec la méthode suivie pendant les enquêtes en Espagne, nous en avons habituellement interrogé deux dans chaque localité. Généralement, l'un a répondu au questionnaire I, l'autre au questionnaire II E. Nous avons préféré des paysans illettrés, d'un âge compris entre 50 et 70 ans, ayant vécu toujours ou presque toujours dans la localité. Dans un nombre réduit de cas, nous avons cependant accepté des informateurs qui ne savaient lire que très peu ou dont l'âge n'atteignait pas ou surpassait les limites indiquées. Le nombre de femmes choisies a été peu élevé comme pour la partie espagnole de l'Atlas (v. M. Sanchis Guarner, *La cartografía lingüística*, pp. 60-63).

Le Portugal étant l'unique partie de la Péninsule dans laquelle les enquêtes n'avaient pas encore été conclues, le recueil des matériaux pour l'ALPI est finalement terminé. On procède en ce moment à la transcription des réponses aux questionnaires et à l'organisation des cartes.

(1954)

2.

Os inquéritos realizados  
em Portugal para o *Atlas*  
*Linguístico da Península Ibérica*  
e seu interesse para  
a dialectologia brasileira



De: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956)*,  
Rio de Janeiro, 1958, pp. 186-195 (onde apareceu sob o título: «Alguns estudos  
de fonética com base no *Atlas Linguístico da Península Ibérica*»).

Durante os meses de Junho a Outubro dos anos de 1953 e de 1954 — isto é, durante um período de, aproximadamente, 10 meses — realizou-se em Portugal a maior parte dos inquéritos destinados à recolha de materiais para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica*, obra devida à iniciativa do antigo «Centro de Estudos Históricos» de Madrid e dirigida pelo ilustre foneticista espanhol T. Navarro Tomás, mas levada a cabo para a parte portuguesa com a colaboração do Instituto de Alta Cultura de Lisboa.

Digo que se realizou a maior parte desses inquéritos, não porque o trabalho ainda esteja incompleto e se pense em estudar mais localidades, mas porque a investigação, num número reduzido de lugares do território português, já tinha sido feita antes de 1953.

É preciso efectivamente, para os inquéritos feitos em Portugal, como para o Atlas, de um modo geral, distinguir duas fases bastante afastadas de recolha de materiais: a primeira desenvolve-se pelos anos 1932 a 1936, a segunda entre 1947 e 1954. É fácil deduzir da data da forçada interrupção dos trabalhos a sua causa: a guerra civil espanhola, com as suas dramáticas consequências, e a segunda guerra mundial impossibilitaram a conclusão dos inquéritos, quando quase todo o território politicamente espanhol tinha sido percorrido pelas várias equipas de investigadores e quando já se tinham iniciado os inquéritos em território português, o que veio prejudicar irremediavelmente o bom andamento de uma obra na qual se tinha trabalhado de início com regularidade e método.

Em Portugal, os inquéritos começados no próprio ano de 1936, sendo investigadores o português Armando Nobre de Gusmão — designado pelo Instituto de Alta Cultura — e o espanhol-galego Aníbal Otero, representante do «Centro de Estudios Históricos», foram interrompidos quando só 15 pontos tinham sido explorados, a maior parte dos quais na região de Entre Douro e Minho.

Quando em 1953 foi possível retomar os trabalhos, Armando Nobre de Gusmão, actualmente director da Biblioteca de Évora, não pôde por motivos de saúde encarregar-se da continuação das investigações no campo. Fui então indicado pelo Instituto de Alta Cultura para, como colaborador, acompanhar Aníbal Otero.

Estudámos nesta segunda fase 77 pontos, distribuídos por todas as províncias de Portugal. Quer isto dizer que o território politicamente português estará representado no Atlas da Península por 92 pontos, número que teríamos de considerar evidentemente muito reduzido se se tratasse de um Atlas só de Portugal ou do Domínio Linguístico Português, mas que creio aceitável quando se trata de considerar esse domínio a par dos domínios leonês, castelhano, aragonês e catalão no conjunto da Ibéria geográfica. A densidade da rede é maior no norte e no centro de Portugal (incluindo nesse centro a parte nordeste do Alentejo), atendendo à maior diferenciação existente nos falares da zona centro-setentrional. É, aliás, uma densidade absolutamente paralela à da rede em regiões de condições idênticas nos outros domínios linguísticos peninsulares.

No mapa presente \* está apenas indicada a localização aproximada dos pontos estudados em Portugal na fase de 1953-1954, isto é, dos pontos que eu próprio visitei.

Notar-se-á, além da diferença de densidade a que fiz referência, o facto de eles estarem distribuídos por todo o território, não excluindo as regiões onde havia localidades exploradas em 1936 — principalmente o Minho e o Douro. Assim se fez, pensando que, embora não parecesse necessário nem conveniente pôr de lado a colheita de mate-

\* [Quanto ao mapa a que este estudo se refere, v. o mapa 1, que acompanha, adiante, o estudo 7: «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses».]

riais realizada na primeira fase das investigações, havia grandes vantagens, uma vez que a maior parte do levantamento tinha sido feita em 1953-1954, em permitir ao consultor do Atlas adquirir, através dos 77 pontos estudados numa mesma época, uma imagem total dos falares do território português no estágio atingido nessa época, imagem independente da mais completa mas pouco unitária fornecida pelas cartas do Atlas.

Para facilitar a consulta realizada com esta intenção, os lugares visados na segunda fase dos trabalhos serão cuidadosamente indicados na introdução da obra. O mesmo acontecerá, aliás, com os pontos estudados durante a mesma fase noutros domínios linguísticos (nomeadamente com certos pontos de língua catalã do Rossilhão).

O Atlas da Península entrou actualmente na fase preparatória da transcrição para as cartas dos materiais coligidos nos cadernos de inquérito. Fase difícil, em que a cada passo se levantam variadíssimos problemas. Na lamentável ausência de Espanha do director do Atlas, os seus colaboradores M. Sanchis Guarner, L. Rodríguez Castellano, A. Otero e eu próprio, com o conselho amigo e valiosíssimo de D. Ramón Menéndez Pidal, estamos procurando pouco a pouco solucioná-los, de modo a não demorar o aparecimento deste Atlas tão necessário, tão esperado, tão desejado, e de tão acidentada história.

Pensei que teria algum interesse para os filólogos presentes neste Congresso dar uma amostra dos resultados a que o trabalho realizado permite chegar no domínio das fronteiras fonéticas.

Antes, porém, creio que não será inútil fornecer algumas indicações sobre o método seguido na elaboração da secção portuguesa do Atlas.

Em primeiro lugar: o questionário. Utilizaram-se os cadernos preparados em 1930 por Navarro Tomás, com a colaboração de vários membros do «Centro de Estudios Históricos», entre os quais o grande e malgrado filólogo Amado Alonso. São dois cadernos para cada localidade, um destinado ao estudo da fonética e da morfologia, outro ao estudo do vocabulário associado ao das coisas. Para o primeiro houve, na parte fonética, a preocupação de escolher tanto quanto possível conceitos que fossem expressos por palavras derivadas do mesmo étimo em toda a Península, de modo a poder-se estudar no

mapa resultante o estado presente da evolução desse étimo em todo domínio considerado.

A utilização destes questionários foi feita em toda a Península, não, como para outros Atlas, por um investigador único, mas por equipas de dois investigadores. Esses dois investigadores interrogavam dois informadores de características semelhantes: geralmente homens (só nalguns casos mulheres, e então, de preferência, para responder ao caderno referente à fonética), que tivessem de 50 a 70 anos de idade, analfabetos e que tivessem nascido e residido sempre ou quase sempre na localidade; quanto à profissão, lavradores ou trabalhadores rurais. Nalguns casos utilizaram-se mais alguns informadores secundários.

Os investigadores começavam por trabalhar em conjunto e por observar deste modo as principais características fonéticas do falar dos informadores. Depois, separavam-se, passando um a preencher o caderno I (fonética, morfologia e sintaxe) com as respostas de um dos informadores, outro a preencher o caderno II (vocabulário) com as do outro. Consultavam-se no entanto, reciprocamente, sempre que qualquer particularidade do falar, posteriormente notada, o exigia. Nalguns casos, sobretudo quando se tinham notado algumas divergências entre o falar de ambos os informadores, cada investigador procedia a uma revisão de algumas perguntas do seu caderno com o informador que tinha respondido ao outro. As respostas de ambos os informadores eram então transcritas, distinguindo-as com um sinal especial. Em Portugal e durante a segunda fase das investigações, Aníbal Otero trabalhou normalmente com o caderno I, e eu com o caderno II.

Resta-me acrescentar algumas observações quanto à escolha das localidades. Aproveitámos para ela dados fornecidos por trabalhos anteriores, principalmente certas indicações de Leite de Vasconcelos e as que continha o artigo de Paiva Boléo, «Dialectologia e história da língua» (*BdF*, XII, 1951). Mas, na maior parte dos casos, tivemos de escolher apenas baseados no que a localização da aldeia escolhida, tomados em conta o aspecto geográfico da região, o tipo de povoamento, a densidade de população, as vias de acesso existentes e, num ou noutro caso, informações obtidas de etnógrafos e geógrafos ou de habitantes de povoações vizinhas, nos fazia prever.

No Norte e no Centro de Portugal — zona onde a rede é mais densa — o facto de grande parte das diferenças existentes em relação à linguagem normal ser sentida muito vivamente como rusticismo e evitada na medida do possível, desde que haja algum conhecimento da linguagem-padrão, obrigou-nos a escolher quase sempre aldeias isoladas, fora das principais vias de comunicação. No Sul (Alentejo e Algarve), as características regionais são muito mais estáveis na fala das camadas rurais. Não há diferenças sensíveis entre o falar do trabalhador que vive na vila, isto é, na povoação maior, sede de concelho, e o do trabalhador que vive na aldeia. Por isso, nesta região, pudemos incluir várias vilas, a par de algumas aldeias.

Dadas estas indicações sumárias sobre o método seguido na realização do trabalho, referir-me-ei, de um modo que não pode deixar de ser esquemático, a algumas fronteiras fonéticas que os materiais do Atlas permitem traçar. Como se compreende facilmente, a densidade da rede não é suficiente para conduzir ao estabelecimento da linha sinuosa que é a isoglossa real. Indica apenas a área que essa isoglossa atravessa.

Considero aqui de preferência fronteiras que interessam ao estudo do português do Brasil. Poderemos ver com que zona do português da Europa coincide o português da América — e principalmente o do Rio de Janeiro — em algumas das suas características fundamentais.

Começarei por tratar do *sistema de sibilantes*.

Como há muito se sabe — desde que estudaram o assunto Gonçalves Viana e Leite de Vasconcelos — Portugal está dividido em três zonas quanto ao sistema de sibilantes:

1) Uma zona muito conservadora em que sobrevivem quatro sibilantes diversas — duas predorso-dentais, uma surda, outra sonora, e duas ápico-alveolares, também uma surda, outra sonora — correspondendo respectivamente ao *c*, ao *ç* e ao *z* gráficos, ao *s*, ao *ss* e ao *s* intervocálico gráficos. Nesta, pronuncia-se portanto *cego*, *çaça*, *fazer*, com sibilantes predorso-dentais, mas *saber*, *passo* e *casa* com sibilantes ápico-alveolares: *cozer* o pão (com *z* predorsal), mas *coser* a roupa (com *z* apical), *cegar*, «perder a vista», diverso de *segar*, «cortar o trigo».

2) Numa segunda zona, há apenas duas sibilantes, uma surda, outra sonora, ambas ápico-alveolares. Podemos chamar-lhe zona de sêsseio em *s* apical. Nela pronuncia-se *cego*, *caça*, *saber*, *passo*, *fazer*, *casa* e *coser* = *cozer*, *cegar* = *segar*, sempre com sibilantes ápico-alveolares.

3) Numa terceira zona, há também apenas duas sibilantes, uma surda e outra sonora, mas são ambas predorso-dentais: pronuncia-se nela *cego*, *saber*, *passo*, *fazer*, *casa* e *coser* = *cozer*, *cegar* = *segar*, sempre com sibilantes predorsais. É a zona de ceceio com *s* predorso-dental («ceceio», porque *s* predorsal vem, como adiante direi, de *ts*, antiga pronúncia do *c*), em que está compreendido o português de Lisboa, e a que se associa o português do Brasil.

Os dados do Atlas permitem-nos indicar com certa segurança os limites destas três zonas: a zona de distinção abrange uma parte do Alto Minho, a maior parte de Trás-os-Montes e uma parte da Beira-Alta; a de sêsseio em *s* apical estende-se pelo resto do Minho, pelo Douro, pelas Beiras; a de ceceio inclui todo o Sul de Portugal e grande parte do Centro.

Foi um resultado curioso dos nossos inquéritos a localização, dentro da zona de sêsseio em *s* apical e principalmente para além dela, em plena zona de distinção, de pontos isolados de ceceio em *s* predorsal; por exemplo, Apúlia e Balugães, no Minho, em zona de *s* ápico-alveolar, e Carrazedo de Montenegro, Vila Nova de Foz Coa, em Trás-os-Montes, em zona de distinção. É importante notar que, pelo menos em Apúlia, ouvimos restos de *s* ápico-alveolar em casos em que se justificava etimologicamente.

Estas ilhotas setentrionais de ceceio em *s* predorsal — que têm correspondência na costa da Galiza, segundo dados publicados pelo Prof. Alonso Zamora Vicente — assumem, na minha opinião, excepcional importância, porque nos permitem surpreender, em curso de realização, a transformação fonética que conduziu muitos séculos atrás ao ceceio em predorsal do Centro e do Sul. Não creio efectivamente que se devam explicar pela influência da pronúncia normal. O facto de o mesmo fenómeno se repetir na costa da Galiza, fora das fronteiras políticas de Portugal e portanto da área em que se pode exercer essa influência, obriga-nos a pôr de parte essa hipótese.

Parece-me seguro que devemos partir da existência anterior de distinção entre as sibilantes etimologicamente distintas (as relíquias de *s* ápico-alveolar na Apúlia estão aí para nos recordar essa fase) e supor a generalização, esporádica no Norte — mas que em época antiga se tornou normal no Sul e parte do Centro — da pronúncia do *c<sup>e</sup>*, *i*, *ç* e *z* gráficos, ou seja do resultado da evolução das africadas medievais, *ts*, *dz*, hoje só conservadas no domínio linguístico português em poucas localidades encravadas em território politicamente espanhol (por ex.: Alamedilla). Essa generalização da predorsal representa o caminho exactamente inverso do que seguiu a pronúncia das sibilantes na segunda zona considerada, a zona intermediária, em que predominou — como aliás em outras regiões da Península, por exemplo na Catalunha — a pronúncia apical, que era inicialmente só a do *s*, *ss* ou *s* intervocálico da grafia.

O facto de o português do Brasil, como também o das ilhas atlânticas, Açores e Madeira, prolongar a área meridional de ceceio em *s* predorsal, ignorando na sua totalidade a pronúncia ápico-alveolar da sibilante põe um problema de difícil solução. É, aliás, um problema rigorosamente paralelo ao que, para a América de língua espanhola, põe a quase inexistência em toda ela do *s* apical.

Não é possível duvidar de que o *s* ápico-alveolar existisse na pronúncia de uma parte dos colonizadores. A área de distinção, e porventura a área de sêsseio em *s* apical, eram no século XVI certamente maiores do que o são hoje e delas sabemos que veio uma parte importante dos portugueses que se estabeleceram no Brasil. Como se teria dado o desaparecimento desse som e a generalização da predorsal?

Antes de aludir às possíveis explicações deste facto, passarei à apresentação de outras fronteiras: os falares portugueses dividem-se em duas grandes regiões quanto ao tratamento do ditongo gráfico *ei*: todo o Sul e grande parte do Centro reduzem normalmente esse ditongo a [e], dizendo *ferrêro*, *sapatêro*, *lête*, *pêto*, *pêxe*. Devo, no entanto, observar que há em alguns pontos conservação do ditongo quando provém do grupo latino *-ct-*, como em *peito*, *leite*, *feito*. Todo o Norte e grande parte do Centro conservam o ditongo, aumentando por vezes a distância entre os seus elementos, por dissimilação: *ferrâiro*, *lâite*. Está neste

caso a cidade de Lisboa, ilhota de conservação de *ei* numa zona em que o ditongo desapareceu.

A fronteira que pude traçar para este fenómeno, baseado nos materiais do Atlas, não se afasta muito da que com base nos materiais do ILB, traçou Maria Clementina Duarte, malograda discípula do Prof. Paiva Boléo, e que este deu a conhecer num dos mapas que acompanham o seu artigo: «Dialectologia e história da língua» (*BdF*, XII, 1951).

Da monotongação de *ei*, convém aproximar a monotongação do antigo ditongo *ou*. O mapa mostra a extensa área do seu desaparecimento reduzido à vogal [ø] ou, numa pequena e curiosíssima região da Beira Baixa e Alto Alentejo, a [õ]: [øru], [tøru] ou [õru], [tõru].

É quase só o Portugal de além-Douro que conserva o ditongo. Apenas em poucos pontos ele se encontra numa faixa estreita ao sul do rio. Além disso, no Centro, relativamente próximo de Lisboa — foi esta uma das surpresas que se nos depararam durante as investigações — há uma zona de conservação até agora desconhecida.

Ao contrário do que se passa no caso de *ei*, o português de Lisboa perdeu, e com certeza desde há muito, o ditongo do português antigo.

Mais uma vez coincide o Brasileiro, no caso de *ou*, com o português do Sul. E se o facto não nos chama tanto a atenção, porque, quanto a este fenómeno, há coincidência entre a maior parte dos falares portugueses — inclusivamente o de Lisboa e o de Coimbra — e os falares brasileiros, não devemos esquecer-nos de que, na época da colonização do Brasil, a área de *ou* em Portugal era certamente mais extensa e de que, como nos casos anteriores, dela veio uma grande parte dos portugueses que aqui se vieram fixar.

Gostaria ainda de me referir, embora rapidamente, a duas características do português do Centro e do Sul, que também o são do português do Brasil. A distinção entre a lábio-dental *v* e a bilabial *b* e a inexistência da africada [ç]. Das áreas de ambas se ocupou no artigo há pouco citado o Prof. Paiva Boléo e para ambas traçou em mapas as isoglossas com base no seu inquérito por correspondência.

Os materiais recolhidos para o ALPI levam a rectificar nalguns aspectos o traçado da isoglossa referente à passagem de *v* a *b* ou sua conservação.

Baseados, não numa única palavra como o fez o Prof. Boléo, mas no conjunto das palavras em que aparece a lábio-dental *v*, traçaríamos uma isoglossa que na parte média do mapa, isto é, na Beira Litoral, Ribatejo e ocidente da Beira Baixa, passaria um pouco mais ao norte. Confirma-se, por outro lado, a existência de ilhotas da passagem a bilabial, nas proximidades de Lisboa.

Quanto à africada [ç], as observações a fazer são de outra natureza: a zona que os materiais do Atlas levariam a indicar só coincidiria com a zona apontada pelo Prof. Boléo com base no Inquérito por correspondência, se tomássemos como base o facto de nas respostas ao questionário aparecer um ou outro caso esporádico de [ç]. Isto é: a zona onde [ç] se conserva sem hesitação é muitíssimo menor do que a indicada no mapa do Prof. Boléo. A área apontada nesse mapa é toda aquela em que, mesmo hesitantemente, mesmo só em palavras isoladas, muito associadas à vida rural ou carregadas de afectividade, é possível ouvir casos de conservação da africada.

Essa conservação e a passagem de *v* a *b* são seguramente as características fonéticas regionais cuja rusticidade é actualmente mais sentida em Portugal. Nas regiões onde existem, condenam-nas os professores na escola primária e ensinam os seus alunos a evitá-las.

A passagem de *v* a *b* tem mais força e é mais dificilmente corrigida. No entanto, mesmo em analfabetos, são frequentes os casos de correcção e até de ultracorreção — do tipo *vom*, *voi*, etc. São-no particularmente nos homens do Norte que vêm residir para o Sul. Quanto à fricatização do [ç], essa é correntemente praticada. O provinciano que vai à vila ou à cidade — e não é neste caso preciso que seja a cidade do Centro ou do Sul — evita-a cuidadosamente com receio da troça a que a articulação de [ç] o pode expor.

Quanto ao português do Brasil, em que [ç] é desconhecido na linguagem normal, só existindo no falar de algumas comunidades caboclas, e a passagem de *v* a *b* completamente desconhecida, volta a pôr-se o problema apresentado a propósito dos casos anteriores: como se explica a coincidência com a pronúncia meridional de Portugal?

Não pretendo neste momento dar precipitadamente qualquer resposta de carácter definitivo à pergunta sempre igual que a propósito dos vários casos considerados não tenho podido deixar de fazer e que

estou, aliás, longe de ser o primeiro a formular. Para isso não tenho uma resposta que tem de vir de um estudo pormenorizado da história de cada fenómeno em Portugal e no Brasil. Não resisto, porém, à tentativa de apresentar algumas sugestões.

Perante o facto de o português do Brasil, assim como o das ilhas atlânticas, coincidir, no que diz respeito a uma série de características fundamentais, com os falares continentais do Sul, opondo-se aos do Norte, a primeira hipótese que ocorre, já várias vezes se apresentou e é a mesma que ocorreu a grande parte dos linguistas que se ocuparam dos factos paralelos do espanhol da América: na colonização do Brasil teriam predominado numericamente homens do Sul de Portugal (assim como na colonização da América espanhola teriam predominado espanhóis das províncias meridionais, principalmente andaluzes).

Mas a teoria do andaluzismo do espanhol da América, que teve a sua voga e grandes defensores, entre os quais é justo recordar o Prof. Max Leopold Wagner, está hoje fortemente abalada por dados recolhidos por historiadores e por outros filólogos. Estes provaram estatisticamente que não houve na colonização o suposto predomínio de meridionais.

No que diz respeito ao português do Brasil, a hipótese, sugerida entre outros pelo Prof. W. J. Entwistle, no seu livro *The Spanish Language*, foi contraditada pelo ilustre professor brasileiro aqui presente, Serafim da Silva Neto, que, com base em estatísticas feitas por ele próprio e por outros, para algumas épocas e regiões, chegou à conclusão de que não deve ter havido qualquer preponderância do Sul na emigração dos primeiros tempos. Parece ter havido sensível equilíbrio — ou, talvez, predomínio dos naturais do Norte, tal como se dá na emigração actual.

Como possível explicação da coincidência com os falares meridionais, lembra o Prof. Serafim da Silva Neto o facto de que em ambos os casos — no do português do Sul como no do português do Brasil — se trata de zonas de colonização: o Portugal do Sul, zona de colonização realizada durante e após a reconquista aos mouros; o Brasil, zona de colonização realizada nos séculos XVI-XVIII. Como em todas as zonas de colonização, ter-se-ia constituído em ambas uma espécie de

*koinê*, de falar geral, média dos falares dos colonizadores, inicialmente diversos, como diversas eram as regiões donde provinham.

A hipótese parece-me aceitável em princípio, mas insuficiente: não explica porque é que, em ambas as regiões, se teria chegado a uma média, a um «denominador comum» (na expressão do Prof. Serafim da Silva Neto) perfeitamente idêntico quanto aos aspectos considerados. Porque é que no Brasil teria desaparecido o *s* ápico-alveolar, o ditongo *ei* e o ditongo *ou* se teriam monotongado, o *v* se teria mantido distinto de *b* e [ç] teria passado a [ʃ] precisamente como no Sul de Portugal, sem que entre a *koinê* de ambas as regiões houvesse qualquer espécie de relação histórica?

Permito-me sugerir uma solução: parece-me, apesar das objecções indicadas, impossível prescindir dos falares meridionais portugueses para explicar certos aspectos do português do Brasil. Suponho que o que, nos casos considerados, se deu na *koinê* formada na zona de colonização brasileira foi a progressiva adopção pelos colonizadores de origem nortenha das características do falar dos colonizadores provenientes das províncias centro-meridionais. Para que a expansão e generalização dessas características se desse, não era forçosamente necessário que houvesse predomínio numérico de emigrantes do Sul. Bastava que a sua forma de pronunciar tivesse mais força expansiva — uma espécie de prestígio linguístico maior que a pronúncia dos emigrantes provenientes do Norte.

Essa força expansiva, de origem difícil, se não impossível, de indicar, não estamos hoje limitados a supô-la vagamente: os inquéritos linguísticos realizados para a elaboração do ALPI têm precisamente o interesse de nos mostrar no continente português as características fonéticas do Norte em recuo quase por toda a parte perante as características do Sul. É certo que o facto de as pronúncias de Lisboa e Coimbra serem hoje em quase todos os seus aspectos pronúncias do Sul, tem inegável influência no avanço das características meridionais e que a situação de ambas, na época em que se iniciou a emigração para o Brasil, era bastante diversa.

Mas não é menos certo que há pelo menos um caso em que a pronúncia normal não coincide nem nunca coincidiu com a pronúncia popular do Sul: o de [ɛ] por [ɛi] — *ferrêro* por *ferreiro*. E, neste caso,

a força expansiva da pronúncia meridional e o recuo perante ela da pronúncia popular do Norte produziram-se precisamente como nos outros casos considerados.

Resumindo e concluindo: o facto várias vezes apontado de o português do Brasil apresentar uma série de características fonéticas que o aproximam dos falares meridionais do português da Europa deve-se possivelmente à generalização, na língua dos colonizadores, das características de uma pronúncia que, como ainda hoje acontece no continente português, era a que apresentava maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite.

(1956)

3.

### Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico